EMENDA Nº 140 (Proposta 1, art. 1.799)

Dê-se, à proposta nº 1 do Anexo do Parecer nº 1 – SUBCOMISSÃO DE SUCESSÕES, DA CJCODCIVIL, a seguinte redação:

Art. 1.808. Não se pode aceitar ou renunciar a herança **em parte**, sob condição ou a termo

§ 1º A renúncia não abrange bens e direitos desconhecidos pelo herdeiro na data do ato de repúdio.

§ 2º O herdeiro, a quem se testarem legados, pode aceitá-los, renunciando a herança; ou, aceitando-a, repudiá-los.

§ 3º O herdeiro, chamado, na mesma sucessão, a mais de um quinhão hereditário, sob títulos sucessórios diversos, pode livremente deliberar quanto aos quinhões que aceita e aos que renuncia. Se chamado a suceder em direitos sucessórios diversos, ainda que sob o mesmo título, pode aceitar a uns e repudiar a outros.

§4º. O herdeiro necessário que também é chamado à sucessão por testamento pode renunciar quanto à quota disponível e aceitar quanto à legítima ou vice-versa.

§ 5º O titular do direito real de habitação (art. 1.831 do CC) pode renunciar à herança sem que isso implique perda deste direito ou renunciar apenas ao direito real de habitação, sem que isso implique perda da herança.

§6º É **ineficaz** a renúncia de todos os direitos sucessórios, quando o renunciante, na data de abertura da sucessão, não possuir outros bens ou renda suficiente para a própria subsistência.

§ 7º Na hipótese do parágrafo anterior, **o renunciante interessado, no prazo de 180 dias, pedirá ao juiz que fixe os limites e a extensão da renúncia, de modo a assegurar a sua subsistência.**

Redação originalmente proposta pela subcomissão:

Art. 1.808. Não se pode aceitar ou renunciar a herança sob condição ou a termo.

§ 1º A renúncia não abrange bens e direitos desconhecidos pelo herdeiro na data do ato de repúdio.

§ 2º O herdeiro, a quem se testarem legados, pode aceitá-los, renunciando a herança; ou, aceitando-a, repudiá-los.

§ 3º O herdeiro, chamado, na mesma sucessão, a mais de um quinhão hereditário, sob títulos sucessórios diversos, pode livremente deliberar quanto aos quinhões que aceita e aos que renuncia. Se chamado a suceder em direitos sucessórios diversos, ainda que sob o mesmo título, pode aceitar a uns e repudiar a outros.

§4º. O herdeiro necessário que também é chamado à sucessão por testamento pode renunciar quanto à quota disponível e aceitar quanto à legítima ou vice-versa.

§ 5º É admitida a renúncia prévia e recíproca a direitos sucessórios futuros, quando manifestada simultaneamente, por cônjuges ou companheiros em escritura pública.

§6º É anulável a renúncia de todos os direitos sucessórios, quando o renunciante, na data de abertura da sucessão, não possuir outros bens ou renda suficiente para a própria subsistência.

§ 7º Na hipótese do parágrafo anterior, o juiz fixará os limites e a extensão da renúncia, de modo a assegurar a subsistência do renunciante

JUSTIFICAÇÃO

O Caput do artigo 1808 deve ser restabelecido porque não é contraditório com os parágrafos, conforme se afirma na justificativa. Se retirada a expressão “em parte”, o herdeiro poderia aceitar um bem e renunciar a outro, bem como aceitar os débitos e renunciar aos créditos. Os parágrafos apenas indicam as possibilidades de causas sucessórias diversas.

Supressão do §5º do art. 1808 (§ 5º É admitida a renúncia prévia e recíproca a direitos sucessórios futuros, quando manifestada simultaneamente, por cônjuges ou companheiros em escritura pública). A regra já está disciplinada pelo artigo 426-A.

A renúncia sem reserva de um mínimo é melhor tratada no plano da eficácia. Não se trata de anulabilidade porque o parágrafo 7º permite e a redução. Sugiro a concessão de um prazo para que o renunciante peça a redução da extensão da renúncia, sob pena de insegurança jurídica.

Sugere-se a seguinte redação ao parágrafo 5º “O titular do direito real de habitação (art. 1.831 do CC) pode renunciar à herança sem que isso implique perda deste direito ou renunciar apenas ao direito real de habitação, sem que isso implique perda da herança”.

Atende-se à ideia da Comissão, sem com isso se perder a lógica sistêmica.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação das presentes emendas.

Sala de Comissões, em 22 de dezembro de 2023.

JOSÉ FERNANDO SIMÃO